

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TRANSFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA E DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

*ENVIRONMENTAL EDUCATION AND SOCIO-ENVIRONMENTAL
TRANSFORMATION: THE ROLE OF THE SCHOOL IN THE FORMATION OF
ENVIRONMENTAL AWARENESS AND RESPONSIBILITY*

Réginer Aparecida Garcia Naves

Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol. Especialização em Tecnologias em Educação. Licenciatura Plena em Geografia Antiga pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Morrinhos/Feclem

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i9.803>

Aceito em: 04.09.2026

Resumo: Este artigo discute a educação ambiental e a consciência socioambiental na escola, analisando a função social da instituição escolar na formação da responsabilidade ambiental e indicando práticas educativas voltadas à transformação socioambiental. Parte-se da compreensão de que os problemas ambientais não se restringem à degradação da natureza, pois envolvem modos de consumo, desigualdades sociais, políticas públicas, território e formas de convivência coletiva. A pesquisa assume caráter bibliográfico e dialoga com autores que abordam educação ambiental crítica, formação do sujeito ecológico, função social da escola, interdisciplinaridade e metodologias participativas. A análise evidencia que a escola pode contribuir para formar sujeitos mais críticos, sensíveis e corresponsáveis quando integra o tema ambiental ao currículo, à realidade local e às práticas pedagógicas cotidianas. Também se destaca que ações isoladas, campanhas pontuais e recomendações comportamentais são insuficientes diante da complexidade socioambiental. Conclui-se que a educação ambiental, quando planejada de forma contínua, crítica e participativa, fortalece a cidadania, o cuidado com a vida e o compromisso coletivo com a sustentabilidade.

Palavras-chave: Educação ambiental. Consciência socioambiental. Responsabilidade ambiental. Escola. Sustentabilidade.

Abstract: This article discusses environmental education and socio-environmental awareness in schools, analyzing the social function of the school institution in the formation of environmental responsibility and indicating educational practices aimed at socio-environmental transformation. It starts from the understanding that environmental problems are not restricted to the degradation of nature, as they involve consumption patterns, social inequalities, public policies, territory, and forms of collective coexistence. The research is bibliographic in nature and dialogues with authors who address critical environmental education, the formation of the ecological subject, the social function of the school, interdisciplinarity, and participatory methodologies. The analysis shows that the school can contribute to the formation of more critical, sensitive, and co-responsible subjects when it integrates environmental issues into the curriculum, local reality, and everyday

pedagogical practices. It also highlights that isolated actions, occasional campaigns, and behavioral recommendations are insufficient in the face of socio-environmental complexity. It is concluded that environmental education, when planned in a continuous, critical, and participatory way, strengthens citizenship, care for life, and collective commitment to sustainability.

Keywords: Environmental education. Socio-environmental awareness. Environmental responsibility. School. Sustainability.

Introdução

A educação ambiental tem assumido crescente relevância no debate educacional contemporâneo, especialmente diante da intensificação dos problemas socioambientais que atravessam a vida cotidiana das comunidades. Questões como degradação ambiental, consumo excessivo, descarte inadequado de resíduos, mudanças climáticas e desigualdades territoriais mostram que o cuidado com o meio ambiente não pode ser tratado como tema secundário. No espaço escolar, essa discussão ganha sentido formativo, pois permite relacionar conhecimento, cidadania, responsabilidade e participação social.

A escola ocupa lugar estratégico na formação de sujeitos capazes de compreender os vínculos entre sociedade e natureza. A educação ambiental não se limita à transmissão de informações sobre preservação, reciclagem ou economia de recursos; envolve a problematização das práticas sociais, dos modelos de desenvolvimento e das formas de convivência que produzem impactos sobre o território. Conforme Carvalho (2012), a formação do sujeito ecológico envolve dimensões éticas, políticas e educativas, o que reforça a necessidade de práticas contínuas e críticas.

Ao discutir a função social da escola, torna-se necessário reconhecer que a instituição escolar não atua apenas como espaço de transmissão de conteúdos, mas como ambiente de formação cidadã. A responsabilidade ambiental se fortalece quando os estudantes aprendem a interpretar criticamente os problemas que afetam seu bairro, sua comunidade e sua própria vida. Nesse sentido, Libâneo (2014) destaca a importância do conhecimento sistematizado, enquanto Freire (2019) compreende a educação como prática vinculada à intervenção no mundo.

Entretanto, a efetividade da educação ambiental depende das práticas pedagógicas adotadas. Quando o tema é trabalhado apenas em datas comemorativas, cartazes ou ações isoladas, sua potência formativa tende a ser reduzida. Por outro lado, projetos socioambientais, metodologias participativas, estudos do território, situações-problema e propostas interdisciplinares aproximam os estudantes dos desafios concretos de sua realidade. Fazenda (2011) ajuda a compreender que a interdisciplinaridade favorece o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento.

Diante dessas considerações, este artigo tem como objetivo discutir a educação ambiental e a consciência socioambiental na escola, analisando a função social da instituição escolar na formação da responsabilidade ambiental e apontando práticas educativas que podem contribuir

para a transformação socioambiental. O estudo organiza-se em três seções: a primeira aborda a consciência socioambiental; a segunda discute a função social da escola; e a terceira apresenta práticas educativas voltadas a uma atuação crítica, participativa e sustentável.

Educação ambiental e consciência socioambiental na escola

A educação ambiental e a consciência socioambiental na escola precisam ser compreendidas como dimensões formativas que ultrapassam a simples transmissão de informações sobre preservação. No cotidiano escolar, o tema ganha sentido quando ajuda os estudantes a relacionarem ambiente, vida social, território e responsabilidade coletiva. Desse modo, a consciência socioambiental não se reduz a saber que existem problemas ecológicos, mas envolve perceber causas, consequências e possibilidades de participação diante das situações vividas pela comunidade, inclusive nas rotinas mais próximas da vida escolar e comunitária.

A formação dessa consciência exige reconhecer que os sujeitos constroem sentidos sobre o meio ambiente a partir de experiências, valores e relações sociais. Para compreender essa formação, Carvalho (2012) entende a educação ambiental como processo de constituição do sujeito ecológico. Em diálogo com tal leitura, Reigota (2010) contribui ao tratar o meio ambiente como representação social. As duas perspectivas indicam que a escola precisa partir das percepções dos estudantes, mas também problematizá-las para ampliar a compreensão crítica sobre sociedade, natureza e modos de vida presentes no território.

No espaço escolar, a consciência socioambiental se fortalece quando os problemas ambientais deixam de ser apresentados como temas distantes e passam a ser relacionados ao cotidiano dos alunos. A qualidade da água, o descarte de resíduos, o consumo de energia, a presença de áreas verdes e as condições do bairro podem se transformar em objetos de estudo e reflexão. Ao aproximar conteúdo e realidade, a escola favorece aprendizagens mais significativas, pois permite que o estudante reconheça o ambiente como parte de sua própria vida social e compreenda melhor suas responsabilidades coletivas no lugar em que vive.

A passagem da sensibilização para a consciência crítica depende de mediações que estimulem perguntas, comparações e análise das causas dos problemas. O estudante não deve apenas repetir orientações de preservação, mas investigar relações entre consumo, desigualdade, políticas públicas, território e responsabilidade coletiva. Com atenção a esse processo formativo, Segura (2001, p. 45) destaca que “a educação ambiental na escola pública pode deslocar a curiosidade ingênua para formas mais críticas de compreensão”. Assim, a prática pedagógica ganha densidade investigativa e social.

Essa formação crítica também exige cuidado para que a educação ambiental não seja reduzida a campanhas isoladas, datas comemorativas ou recomendações de conduta. Separar resíduos, economizar água e cuidar dos espaços comuns são atitudes importantes, mas precisam ser acompanhadas de reflexão sobre os processos sociais que produzem degradação. A escola contribui quando transforma essas ações em experiências de análise, diálogo e participação,

evitando que a consciência ambiental permaneça limitada ao cumprimento mecânico de regras ou a gestos sem continuidade pedagógica.

A diversidade de correntes da educação ambiental mostra que não há um único modo de formar consciência socioambiental. O campo reúne abordagens com diferentes ênfases, objetivos e formas de compreender a relação entre sujeito, ambiente e sociedade. Nessa discussão, Sauvé (2005, p. 33) indica que:

Há perspectivas voltadas à conservação, à resolução de problemas, à crítica social e à relação identitária com o lugar. Essa pluralidade ajuda a escola a escolher caminhos coerentes com seus objetivos, desde que as práticas evitem simplificações e considerem conflitos reais do território.

Outra dimensão essencial está na participação democrática, pois a consciência socioambiental se amplia quando os estudantes compreendem que os problemas ambientais envolvem decisões coletivas. A escola pode formar sujeitos capazes de identificar interesses, discutir responsabilidades e participar de ações voltadas ao bem comum. Nesse horizonte, Lima (2009) relaciona a educação ambiental crítica ao socioambientalismo e à construção de sociedades sustentáveis por meio da participação política. Assim, a cidadania também se expressa nas questões ambientais do território vivido.

Nas práticas pedagógicas, a consciência socioambiental pode ser desenvolvida por meio de projetos, rodas de conversa, observação do território, leitura de notícias, produção de textos e análise de problemas locais. O importante é que essas atividades não apareçam como tarefas soltas, mas como parte de um percurso formativo planejado. Quando o estudante observa, registra, debate e propõe alternativas, ele passa a compreender que o conhecimento escolar pode orientar escolhas mais responsáveis e fortalecer vínculos com a comunidade e com o espaço em que vive, aprende e participa socialmente.

Também é necessário reconhecer que a consciência ambiental envolve dimensões cognitivas, afetivas e éticas. O estudante aprende não apenas quando recebe informações, mas quando atribui sentido ao que vive, sente pertencimento ao espaço e percebe que suas escolhas afetam outras pessoas e formas de vida. Por isso, experiências de cuidado com o pátio, com a água, com as plantas ou com o bairro podem ganhar força educativa quando articuladas à análise crítica, à cooperação e à compreensão das responsabilidades compartilhadas na vida cotidiana escolar e comunitária.

A escola pública possui papel decisivo nesse processo por reunir sujeitos de diferentes realidades e possibilitar acesso a conhecimentos que ampliam a leitura do mundo. A consciência socioambiental não nasce apenas da informação, mas da articulação entre conhecimento, sensibilidade, participação e compromisso com práticas mais justas. Para fundamentar essa compreensão, Carvalho (2012, p. 77) afirma que “a formação ecológica envolve dimensões éticas, políticas e educativas”. Desse modo, a educação ambiental se afirma como experiência formativa construída no cotidiano escolar e social.

A educação ambiental e a consciência socioambiental na escola, portanto, devem ser compreendidas como processos contínuos de formação humana. Ao relacionar saberes escolares, experiências locais e participação coletiva, a instituição pode contribuir para que os estudantes interpretem criticamente os desafios ambientais e reconheçam sua responsabilidade diante deles. Assim, a escola não apenas informa sobre preservação, mas favorece a construção de sujeitos mais sensíveis, críticos e comprometidos com a vida comum, com o território e com formas de convivência sustentáveis.

A função social da escola na formação da responsabilidade ambiental

A função social da escola na formação da responsabilidade ambiental precisa ser compreendida para além da transmissão de conteúdos. A instituição escolar participa da construção de modos de perceber, interpretar e agir diante dos problemas que afetam a vida coletiva. Quando se aproxima conhecimento, convivência e território, a escola ajuda os estudantes a reconhecer que o cuidado ambiental envolve direitos, deveres e escolhas compartilhadas. Essa função torna-se ainda mais necessária em sociedades marcadas por desigualdades, consumo acelerado e fragilidade das políticas públicas voltadas ao bem comum no presente.

Na formação cidadã, a escola cumpre papel decisivo ao garantir acesso ao conhecimento sistematizado e às condições de leitura crítica da realidade. Para sustentar essa compreensão, Libâneo (2014, p. 14) entende que “a democratização da escola pública passa pela apropriação dos conteúdos como instrumentos de participação social”. Essa leitura permite relacionar responsabilidade ambiental ao direito de compreender causas, interesses e consequências dos problemas ecológicos. Assim, aprender sobre meio ambiente também significa aprender a participar da vida pública com maior consciência, autonomia e compromisso coletivo.

Responsabilidade ambiental não se forma apenas pela repetição de regras de preservação. Separar resíduos, economizar água e cuidar dos espaços comuns são atitudes importantes, mas precisam estar ligadas à compreensão de por que tais práticas são necessárias. A escola contribui quando transforma gestos cotidianos em experiências de reflexão, diálogo e análise social. Dessa maneira, o estudante percebe que suas escolhas têm efeitos sobre outras pessoas, sobre o território e sobre as gerações futuras, ampliando o sentido ético do cuidado com a vida comum e compartilhada em seus espaços de convivência escolar.

A formação da responsabilidade ambiental exige articulação entre conhecimento, democracia e intervenção no mundo. Em diálogo com essa ideia, Saviani (2018) destaca que a escola se relaciona à democracia ao possibilitar o acesso crítico ao saber elaborado. Por outro caminho, Freire (2019) lembra que ensinar envolve intervenção ética e política na realidade. As duas contribuições mostram que a educação ambiental não pode ser neutra: ela precisa formar sujeitos capazes de compreender contradições, participar de decisões e agir com compromisso coletivo diante dos problemas vividos no território escolar comum.

No cotidiano escolar, essa função social aparece quando os temas ambientais são relacionados à vida concreta dos estudantes. A qualidade da água, a gestão dos resíduos, o consumo de energia, a alimentação, o saneamento e as áreas verdes podem ser analisados como problemas pedagógicos e sociais. Ao trabalhar essas questões, a escola amplia a leitura do território e mostra que o meio ambiente não é assunto distante. Ele compõe as condições de moradia, saúde, pertencimento e cidadania, exigindo práticas educativas mais integradas, contínuas e permanentes no percurso formativo dos estudantes em sua realidade.

A responsabilidade ambiental também depende de uma ética de pertencimento ao planeta e às comunidades humanas. Para ampliar essa perspectiva, Gadotti (2000, p. 92) associa:

A formação educativa à cidadania planetária, compreendendo a Terra como casa comum e espaço de corresponsabilidade. Assim, o estudante é convidado a perceber que suas ações fazem parte de uma rede maior de vida, interdependência e compromisso coletivo com o mundo comum e com a vida coletiva em seu cotidiano.

Embora a escola seja essencial, sua atuação não pode ser isolada. A formação da responsabilidade ambiental exige apoio institucional, políticas públicas, gestão democrática e participação comunitária. Nessa direção, Sorrentino *et al.* (2005) compreendem a educação ambiental como política pública vinculada à participação social e à responsabilidade coletiva. A contribuição dos autores reforça que projetos escolares ganham força quando articulam currículo, comunidade, redes de ensino e compromisso público, evitando depender apenas da boa vontade individual de professores ou estudantes nas ações contínuas.

O trabalho pedagógico precisa evitar tanto o moralismo quanto a superficialidade. Responsabilizar os estudantes não significa culpá-los por problemas complexos, mas criar condições para que compreendam relações entre consumo, produção, desigualdade, políticas públicas e degradação. Quando a escola discute essas dimensões, favorece uma responsabilidade mais crítica e menos individualizante. O estudante aprende que atitudes pessoais importam, mas que mudanças duradouras também dependem de decisões coletivas, participação social e compromisso institucional com o bem comum e com a justiça ambiental social real.

Outro aspecto importante está na relação entre conhecimento e participação. A escola forma responsabilidade ambiental quando cria situações em que os estudantes observam problemas, levantam dados, dialogam com a comunidade e propõem alternativas. Esse movimento transforma o currículo em experiência viva e fortalece a autonomia intelectual. Ao participar de projetos, debates e investigações, a turma compreende que o cuidado ambiental não é apenas tema de aula, mas prática social que envolve escuta, cooperação, planejamento e avaliação das ações realizadas no território e na escola vivida local e social.

A dimensão ética da prática educativa também orienta a formação ambiental, pois ensinar envolve escolhas sobre o tipo de sociedade que se deseja construir. Com essa preocupação, Freire (2019, p. 96) afirma que “ensinar exige compreender a educação como forma de intervenção no mundo”. A ideia ajuda a perceber que a escola, ao trabalhar questões ambientais, não apenas

informa sobre problemas, mas também convoca os estudantes a interpretar a realidade e agir com responsabilidade. Desse modo, a aprendizagem ambiental se aproxima de cidadania, diálogo e compromisso público no cotidiano escolar e comunitário.

A função social da escola na formação da responsabilidade ambiental, portanto, consiste em articular conhecimento, ética, participação e cuidado com a vida coletiva. Ao democratizar saberes e relacioná-los ao território, a instituição ajuda os estudantes a compreenderem que o meio ambiente envolve direitos, deveres e escolhas compartilhadas. Assim, a responsabilidade ambiental deixa de ser apenas orientação comportamental e passa a constituir formação cidadã, crítica e sensível, capaz de sustentar práticas mais justas, solidárias e comprometidas com o futuro comum e social coletivo e responsável na escola.

Práticas educativas e caminhos para a transformação socioambiental

Práticas educativas voltadas à transformação socioambiental precisam nascer de problemas reais e de experiências significativas para os estudantes. No espaço escolar, a educação ambiental ganha força quando deixa de ser atividade eventual e passa a organizar situações de investigação, diálogo e participação. Projetos, oficinas, rodas de conversa, estudo do território e análise de situações-problema podem aproximar currículo e vida cotidiana. Assim, a escola cria condições para que o cuidado ambiental seja compreendido como aprendizagem, convivência e compromisso coletivo com a realidade vivida no espaço escolar.

Transformar a realidade socioambiental exige metodologias que valorizem a participação dos estudantes e a construção coletiva do conhecimento. Uma prática educativa consistente permite observar o entorno, levantar perguntas, registrar dados, debater alternativas e avaliar resultados. Desse modo, a aprendizagem não se limita à memorização de conceitos, pois envolve análise, cooperação e tomada de decisão. Quando a turma participa do processo, compreende melhor que os problemas ambientais resultam de escolhas sociais e podem ser enfrentados por ações planejadas, críticas e corresponsáveis no cotidiano escolar.

A educação ambiental escolar exige tanto intencionalidade pedagógica quanto abertura ao diálogo entre saberes. Em uma direção, Medina e Santos (1999) valorizam metodologias participativas que envolvem escuta, ação educativa e construção coletiva. Em perspectiva complementar, Gomes et al. (2022) mostram que estratégias como projetos, investigação e sensibilização aparecem com frequência no Ensino Fundamental. As duas leituras indicam que a prática ganha densidade quando une participação, planejamento e reflexão crítica sobre o território e a vida comunitária local, com sentido formativo amplo.

As práticas socioambientais tornam-se mais potentes quando relacionam conteúdos escolares a situações concretas. Um projeto sobre resíduos, por exemplo, pode envolver análise do consumo, separação de materiais, leitura de dados, produção de textos, entrevistas e diálogo com a comunidade. Esse tipo de percurso mostra que o ambiente não é apenas tema de uma disciplina, mas realidade atravessada por ciência, cultura, economia e cidadania. Ao trabalhar

problemas próximos, a escola favorece aprendizagens com sentido social e amplia a percepção dos estudantes sobre sua responsabilidade no cuidado comum e de todos.

A interdisciplinaridade representa um caminho importante para evitar que a educação ambiental seja tratada de forma fragmentada. Problemas como desperdício de água, poluição, alimentação, mudanças climáticas e uso do solo exigem diferentes olhares, sem eliminar a especificidade de cada área. Nessa construção pedagógica, Fazenda (2011, p. 43) compreende a interdisciplinaridade como:

Processo que envolve história, teoria, pesquisa e diálogo entre saberes. A contribuição ajuda a pensar práticas que integrem investigação, cooperação docente e leitura ampliada da realidade ambiental vivida na escola e no território.

Além da integração curricular, a transformação socioambiental depende da relação entre escola e território. Caminhadas investigativas, mapas ambientais, visitas a espaços comunitários e entrevistas com moradores ajudam os estudantes a reconhecer problemas e potencialidades do lugar onde vivem. Essas experiências tornam visíveis questões que muitas vezes passam despercebidas no cotidiano, como descarte irregular, ausência de áreas verdes ou uso inadequado da água. Com mediação docente, o território deixa de ser cenário externo e passa a funcionar como campo de aprendizagem e participação cidadã no espaço escolar.

A escola sustentável precisa ser entendida como espaço de aprendizagem, participação e cuidado compartilhado. Ao discutirem conceitos e práticas de educação ambiental na escola, Mello e Trajber (2007, p. 21) destacam a importância de “integrar currículo, gestão e cotidiano escolar em ações coletivas”. Essa compreensão permite afirmar que a transformação não depende apenas de atividades em sala, mas também das rotinas institucionais, do uso dos espaços, da gestão dos recursos e da participação dos sujeitos na construção de uma cultura de responsabilidade socioambiental permanente no cotidiano escolar comum.

Projetos educativos com intenção transformadora precisam criar vínculos entre estudantes, professores, famílias e comunidade. Nessa perspectiva, Trajber e Sato (2010) defendem as escolas sustentáveis como espaços capazes de impulsionar mudanças comunitárias por meio da participação e da sustentabilidade. A ideia reforça que ações ambientais ganham maior alcance quando ultrapassam os muros escolares e se tornam experiências de corresponsabilidade. Assim, hortas, diagnósticos locais, campanhas críticas e intervenções no espaço comum podem fortalecer pertencimento e cuidado coletivo no território escolar vivido.

A avaliação das práticas socioambientais também precisa acompanhar o processo formativo. Não basta verificar se uma ação foi realizada; é necessário compreender o que os estudantes aprenderam, como participaram, quais mudanças perceberam e que dificuldades surgiram. Relatórios, portfólios, rodas de conversa, registros fotográficos e autoavaliações podem ajudar a acompanhar avanços e limites. Quando a avaliação orienta novos passos, os projetos

deixam de depender apenas do entusiasmo inicial e passam a integrar uma cultura pedagógica mais contínua, crítica e reflexiva na escola pública local, de modo efetivo.

Mesmo práticas simples podem produzir efeitos relevantes quando planejadas com clareza. Investigar o lixo da escola, reorganizar o uso da água, cuidar de uma horta ou analisar notícias ambientais pode ampliar a consciência dos estudantes sobre escolhas cotidianas e responsabilidades coletivas. Para sustentar essa compreensão, Medina e Santos (1999, p. 38) afirmam que:

A educação ambiental participativa requer envolvimento, diálogo e ação articulada. Assim, pequenas experiências deixam de ser tarefas isoladas e se tornam caminhos para formar atitudes mais conscientes, solidárias e responsáveis no cotidiano escolar.

As práticas educativas para a transformação socioambiental, portanto, precisam articular conhecimento, participação, território e continuidade. A escola contribui quando transforma problemas reais em experiências de aprendizagem e quando oferece condições para que os estudantes investiguem, dialoguem e proponham alternativas. Esse percurso não produz mudanças imediatas nem resolve sozinho os desafios ambientais, mas fortalece sujeitos mais críticos e corresponsáveis. Desse modo, a educação ambiental assume papel formativo ao aproximar currículo, vida coletiva e compromisso com a sustentabilidade na escola.

Considerações finais

As discussões desenvolvidas neste artigo permitiram compreender que a educação ambiental ocupa lugar importante na formação da consciência socioambiental dos estudantes, especialmente quando articulada à realidade vivida no espaço escolar e comunitário. O tema não se limita à transmissão de informações sobre preservação, mas envolve a construção de sentidos, valores, atitudes e formas de participação diante dos problemas que afetam a vida coletiva. Assim, a escola pode contribuir para que os estudantes reconheçam o ambiente como parte de sua existência social.

Também se evidenciou que a função social da escola na formação da responsabilidade ambiental ultrapassa ações pontuais ou campanhas ocasionais. A instituição escolar possui condições de relacionar conhecimento sistematizado, território, cidadania e cuidado com a vida, favorecendo uma leitura mais crítica das relações entre sociedade e natureza. Quando o estudante compreende que os problemas ambientais envolvem consumo, desigualdade, políticas públicas e escolhas coletivas, a responsabilidade deixa de ser apenas individual e passa a assumir sentido ético, social e comunitário.

As práticas educativas analisadas indicam que a transformação socioambiental depende de metodologias participativas, projetos contextualizados, interdisciplinaridade e continuidade pedagógica. Caminhos como investigação do entorno, situações-problema, rodas de conversa, oficinas, leitura crítica de materiais e ações coletivas podem aproximar o currículo da vida cotidiana.

No entanto, tais práticas exigem planejamento, mediação docente e apoio institucional, para que não se tornem atividades isoladas ou frágeis diante das dificuldades presentes no cotidiano escolar.

Dessa forma, conclui-se que a escola não resolve sozinha os desafios socioambientais, mas pode atuar como espaço formativo capaz de fortalecer consciência crítica, responsabilidade coletiva e participação cidadã. A educação ambiental, quando integrada ao currículo e vinculada ao território, contribui para formar sujeitos mais sensíveis, reflexivos e comprometidos com práticas sustentáveis. Essa compreensão reforça a necessidade de uma atuação pedagógica contínua, crítica e humanizada, voltada ao cuidado com a vida, com a comunidade e com o futuro comum.

Referências

- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 18. ed. Campinas: Papirus, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- GOMES, Yasmim Livia Queiroz; PEDROSA, Stella Maria Peixoto de Azevedo;
- SOUZA, Carlos Eduardo Pilleggi de. Metodologias de ensino em educação ambiental no ensino fundamental: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 22, e35007, p. 1-30, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/35007>. Acesso em: 18 set. 2025.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 28. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 145-163, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022009000100010>. Acesso em: 29 ago. 2025.
- MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília, DF: Ministério da Educação; UNESCO, 2007. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>. Acesso em: 17 out. 2025.
- REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAUVÉ, Lucie. Educação ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000200012>. Acesso em: 24 set. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

SEGURA, Denise de Souza Baena. **Educação ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2001.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000200010>. Acesso em: 18 out. 2025.

TRAJBER, Rachel; SATO, Michèle. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. especial, p. 70-78, set. 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3396>. Acesso em: 29 jan. 2026.